

Antropoceno e a práxis da temporalidade negativa: um estudo sobre a inação

Anthropocene and the praxis of negative temporality: a study on inaction

El antropoceno y la praxis de la temporalidad negativa: un estudio sobre la inacción

Giulliano Renato Molinero Junior¹
Rebecca Ferreira de Sousa Rabelo²

Resumo

O presente trabalho busca responder quais os resultados, na práxis, da imaginação política guiada pela temporalidade negativa quanto ao Antropoceno. Para isso, se estrutura em três objetivos específicos, a saber, descrever os principais conceitos relacionados à pergunta; explicar o porquê da ocorrência da temporalidade negativa na imaginação política quanto ao Antropoceno e por fim analisar os resultados decorrentes da temporalidade negativa na imaginação política quanto ao Antropoceno, tanto em práticas quanto em epistemes. Em uma proposição de fomento intelectual à pesquisas polifônicas, o texto se utiliza de uma análise do campo das Relações Internacionais e da Psicologia, se dividindo em dois ambientes analíticos: micro e macro ambientes.

Palavras-chave: Antropoceno. Temporalidade negativa. Imaginação política. Polifonia.

Abstract

The present work aims at discovering the results, in praxis, of the political imagination guided by the negative temporality regarding the Anthropocene. For this, it is structured in three specific objectives, namely, to describe the main concepts related to the question; explain why

negative temporality occurred in the political imagination regarding the Anthropocene and, finally, to analyze the results made by the negative temporality in the political imagination as in the Anthropocene, both in practices and in epistemes. In a proposal to foster intellectual polyphonic research, the text uses an analysis of the fields of International Relations and Psychology, dividing itself into two analytical environments: micro and macro environments.

Key-words: Anthropocene. Negative temporality. Political imagination. Poliphony.

1. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Brasília. E-mail para contato: giullianojunior@gmail.com

2. Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário de Brasília. E-mail para contato: rebecca.rabelo@outlook.com

Resumen

El presente trabajo busca responder cuáles son los resultados, en la praxis, del imaginario político guiado por la temporalidad negativa con respecto al Antropoceno. Para tal, se estructura en tres objetivos específicos, a saber, describir los principales conceptos relacionados con la pregunta; explicar por qué la ocurrencia de la temporalidad negativa en el imaginario político con respecto al Antropoceno y finalmente analizar los resultados que surgen

de la temporalidad negativa en el imaginario político con respecto al Antropoceno, tanto en las prácticas como en las epistemes. En una propuesta de promoción intelectual de la investigación polifónica, el texto utiliza un análisis del campo de las Relaciones Internacionales y la Psicología, dividiéndose en dos entornos analíticos: micro y macro entornos.

Palabras clave: Antropoceno. Temporalidad negativa. Imaginación política. Polifonía.

Introdução

O assunto Antropoceno se faz importante, em primeiro lugar, pelo vácuo de trabalhos existentes sobre o tema dentro do campo de Relações Internacionais. Em pesquisa feita por Simangan (2020), compreendendo-se todos os 1.286 artigos publicados sobre o assunto na Web of Science, desde os anos 2000 (quando o tema foi primeiramente abordado pelo nobelista Paul Crutzen) até 2019, apenas 38 artigos eram das Relações Internacionais. Quando o filtro foi feito para autores do Sul Global³, o número diminuiu ainda mais - com o Brasil apresentando apenas 9 publicações -, o que indica falta da perspectiva do Sul Global no debate acadêmico.

Concomitantemente, segundo Gumbert (2020), o Antropoceno modifica a compreensão dual de mundo, tipicamente ocidental, entre humanidade e natureza, propondo ao invés disso uma união sistêmica e multi-influenciável. Em posse do novo entendimento, torna-se claro para o autor que o tema do Antropoceno deve ser “resgatado” das ciências naturais, politizado enquanto discurso e enquanto prática, já que a humanidade e suas relações sociais agora causam e sofrem efeitos do “mundo natural” na mesma medida em que o compõem, eliminando a ideia de verdades ou fatos absolutos e politicamente neutros presente nas ciências naturais.

Apesar de existirem outras razões teóricas para se buscarem soluções ao Antropoceno, as razões práticas se mostram ainda mais emergenciais. Como descrito pelo *Green New Deal* americano:

[...]Whereas climate change, pollution, and environmental destruction have exacerbated systemic racial, regional, social, environmen-

3. O termo Sul Global é criação teórica dos estudos pós-coloniais e se refere ao conjunto dos países em desenvolvimento. Seu oposto teórico é o do Norte Global, representando os países desenvolvidos e - em maioria Ocidentais - do planeta.

tal, and economic injustices[...] by disproportionately affecting indigenous peoples, communities of color, migrant communities, the poor, low-income workers, women, the elderly, the unhoused, people with disabilities, and youth[...]⁴. (116 CONGRESS, 2019, p. 4)

Por essas razões, o presente artigo tem por pergunta de pesquisa a seguinte: Quais os resultados, na práxis⁵, da imaginação política guiada pela temporalidade negativa quanto ao Antropoceno? Essa pergunta de pesquisa visa compreender o que já foi produzido em termos de entendimento político do tema, e encontrar gargalos ou limitações interpretativos possíveis nesses entendimentos, a fim de propor soluções, bem como enaltecer estratégias e entendimentos funcionais, caso estes sejam encontrados.

Em busca de se responder a pergunta de pesquisa, o trabalho elenca três objetivos específicos, nomeadamente, descrever os principais conceitos relacionados à pergunta; explicar o porquê da ocorrência da temporalidade negativa na imaginação política relativa ao Antropoceno; e por fim analisar os resultados decorrentes, tanto em práticas quanto em epistemes. Para que os objetivos específicos elencados sejam atendidos, a metodologia utilizada será revisão bibliográfica do estado da arte no campo da governança do Antropoceno, bem como de clássicos, tanto da área, quanto de áreas adjacentes, a fim de criar um debate multidisciplinar, e respeitar a proposição de um estudo politicamente polifônico (CERVO et al. 1995 ; KING et al. 1994).

O texto propõe organização análoga a das imagens de Waltz (1954), entendendo que a separação em níveis de análise é central para que a pesquisa se torne polifônica não apenas em conteúdo, mas também em método analítico, vendo o problema estudado por diferentes perspectivas em diferentes níveis. Ainda sim, ao invés de subscrever às três imagens de Waltz como são, o presente trabalho divide-se apenas em micro e macro ambientes de análise⁶.

4. [...] Considerando que as mudanças climáticas, a poluição e a destruição ambiental exacerbaram as injustiças sistêmicas de ordem raciais, regionais, sociais, ambientais e econômicas [...], afetando desproporcionalmente os povos indígenas, comunidades de cor, comunidades migrantes, pobres e trabalhadores de classe baixa, mulheres, idosos, desabrigados, pessoas com deficiência e jovens [...]. Tradução nossa.

5. Práxis sendo compreendida como a união dos entendimentos teóricos com as suas respectivas aplicações práticas na realidade.

6. A escolha de não seguir a risca a separação em imagens proposta por Waltz acontece na medida em que as teorias *mainstream* das Relações Internacionais, como a teoria Realista de Waltz, acabam ou por ignorar a agenda ambiental ou por torná-la epistemologicamente subordinada às demais, sem importância deontológica. Por essa razão, apesar de o presente artigo levar em conta a necessidade metodológica da divisão em ambientes analíticos diversos, a normatividade do entendimento Realista foi retirada.

São eles, respectivamente, a análise no nível individual e aquela que une o estatal com o sistêmico, sendo trabalhadas, respectivamente, segundo a lógica de Sistemas Complexos (ORSINI et al., 2019) e marcos teóricos dentro da Psicologia Cognitiva como a Solução de Problemas (PRETZ et al., 2003). Enquanto o microambiente da análise individual é essencialmente acerca do estudo do âmbito cognitivo e comportamental humano, o macroambiente une Estado e Sistema Internacional (SI) em uma perspectiva política, e por isso vem unificado na pesquisa.

Conceitos principais

O termo Antropoceno é cunhado a partir da junção de duas palavras cujas origens se encontram no grego Ático antigo: ἄνθρωπος, significando homem ou humano, e ceno, derivado de κοινός - novo em grego Ático antigo. Proposto pela primeira vez nos anos 2000 pelo nobelista Paul Crutzen e por Eugene Stoermer, o Antropoceno marca a passagem da era geológica conhecida como Holoceno para a nova época em que a humanidade passa a ser o maior agente de mudança geológica em escala planetária (BIERMANN, 2016).

O conceito, no entanto, possui algumas limitações. A primeira diz respeito à distinção que estabelece entre agentes biológicos e geológicos não existir além da teoria. Por exemplo, a oxigenação da atmosfera feita pelas cianobactérias fotossintéticas há centenas de milhões de anos, um efeito químico e físico de escala global produzido por seres biológicos (BAUER et al., 2018, p. 213). A segunda limitação diz respeito a sua mensuração, já que tanto o GSSP⁷ quanto o GSSA⁸ - pontos específicos de mudança da era geológica - não são unanimidade na academia⁹, ao passo em que o ESS¹⁰ - que mede processos e não pontos específicos - pode ser considerado iniciado em diferentes momentos da história humana, como por exemplo as massivas mudanças causadas pela humanidade ao passar do nomadismo ao sedentarismo, pelo período escravocrata ou mesmo pela Revolução Industrial (BAUER et al., 2018).

7. *Boundary Stratotype Sections and Points*, ou Seções e Pontos do Estratotipo de Limite. Tradução nossa.

8. *Global Standard Stratigraphic Ages*, ou Idades Estratigráficas de Padrão Global. Tradução nossa.

9. Embora já exista alguma unanimidade nas ciências *mainstream* com relação aos marcadores estratigráficos do Antropoceno, seu exato início é continuamente questionado.

10. *Earth System Science*, ou Ciência do Sistema Terra. Tradução nossa.

Tal dificuldade de mensuração do início do Antropoceno é também um testemunho acerca da artificialidade da separação entre os complexos humano e natural, de maneira que a busca por períodos anterior e posterior ao impacto humano é trivial, algo já argumentado no início deste artigo por Gumbert (2020).

Uma terceira limitação do conceito versa a respeito de uma homogeneização teórica da causa do Antropoceno, contida no seu próprio nome, que implica que a humanidade teve igual responsabilidade pela passagem à nova era geológica. É inverossímil pensar que o Norte e o Sul Global tiveram as mesmas participações no processo de mudança - ou ainda que sofrem os resultados na mesma proporção -, assim como também inverossímil pensar que as distintas classes sociais causaram igualmente o evento (HARAWAY, 2015). Outras diversas limitações poderiam ser levantadas a respeito do conceito de Antropoceno, e de fato outros conceitos foram sugeridos para substituí-lo¹¹, mas nenhum conseguiu resolver todas as limitações, de forma que, embora imperfeito, o conceito ainda parece ser o mais explicativo a respeito do impacto humano no meio ambiente.

O Antropoceno é, portanto, um problema de escala planetária, que necessita também de uma solução planetária - seja ela uma solução de Governança Global ou de Geoengenharia. Segundo Gonçalves (et al., 2011), Governança Global é o somatório de todas as formas - formais, como por exemplo regimes e instituições, e informais - pelas quais atores estatais e não-estatais, instituições e indivíduos, administram seus problemas comuns. Tais problemas comuns, como se convencionou, são conhecidos por *Commons* (OSTROM, 1998), e variam de natureza, como tecnologia, terrorismo, e mudança climáticas - o *Common* relacionado diretamente ao Antropoceno.

Já a segunda possibilidade de solução apresentada, a Geoengenharia, é entendida como um termo que compreende uma ampla gama de tecnologias especulativas que evitariam que a humanida-

11. Como por exemplo o Plantationoceno; Capitaloceno; *Chthulocene*; entre outros. Enquanto o Plantationoceno não respondia às imensas mudanças causadas após a Revolução Industrial, o Capitaloceno não lidava com as mudanças humanas históricas que afetaram o sistema terra de forma geral. Ambos não contavam também com as duas primeiras limitações citadas no texto (HARAWAY, 2015). Quanto ao *Chthulocene*, um conceito tão abrangente e generalista perde naturalmente seu poder explicativo, pois ao abarcar todas as lentes de mundo, torna-se um paradoxo, conjugando visões discordantes dentro de si.

de atingisse graus críticos acima do aceitável¹². A Geoengenharia se diferencia da engenharia climática pela sua amplitude global, e não regional, e por se subdividir essencialmente em duas categorias, a saber, removedores de Dióxido de Carbono (CO₂) e modificadores de albedo. Enquanto a primeira subdivisão busca diminuir o CO₂ da atmosfera terrestre, a segunda trata de gerenciar a radiação solar que entra na atmosfera do Sistema Terra (BURNS et al., 2020).

Ambas soluções - Governança Global e Geoengenharia - são exercícios imaginativos que buscam soluções ao problema do Antropoceno, e são necessários na medida em que o Antropoceno se comporta como um Sistema Complexo, e portanto não se sabe com exatidão quais ações gerariam as respostas esperadas de forma controlada. O que decorre dessa afirmativa é que qualquer ação real em relação ao Antropoceno poderia ter resultados catastróficos não previstos em escala planetária, e por não haver outra forma de estudo destas ações que não empiricamente, a imaginação seria a única forma de experimentação possível. Criam-se especulações, modelos, ficção científica baseada em veracidade e ciência a fim de testar qualquer ação antes de aplicá-la ao “mundo real” (PATERSON, 2016).

Um Sistema Complexo é caracterizado como: 1) um Sistema Aberto - existem pluralidades de atores além dos típicos reconhecidos pelas teorias *mainstream* das Relações Internacionais -; 2) não-linear - um resultado não tem uma causa clara, pode ser a causa de sua própria causa (retroalimentando o sistema) e o conjunto de atores se relacionando entre si produz resultados que apenas o somatório dos atores não produziria¹³ - e 3) auto-organizado - através de *feedbacks* positivos o sistema se auto regula, e não há hierarquia real, mas múltiplas interações com habilidades distintas de controle do sistema (ORSINI et al., 2019).

12. Geralmente 2° acima dos níveis pré-industriais, embora esse limite não seja o suficiente para salvaguardar uma série de cidades no Sul Global, o que demonstra a hegemonia do discurso científico do Norte Global (BIERMANN, 2016). É válido lembrar que algumas cidades do Norte também seriam afetadas nessas circunstâncias, no entanto, possuíam mais recursos para mitigar as dificuldades. É possível que o aumento de 2° tenha um impacto mais desigual na agricultura em razão dos incrementos de temperatura e da alteração no regime de chuvas da zona tropical.

13. Um exemplo da propriedade da não-linearidade foi dado por Vigotski (2001), que propôs que estudar os componentes da água (hidrogênio e oxigênio) não explicaria o porque a água apaga o fogo, já que ambos são individualmente combustíveis. A capacidade de apagar o fogo só poderia ser entendida quando a água fosse estudada por suas interações e propriedades emergentes destas, e não segundo o somatório de seus componentes individuais.

A imaginação para lidar com o Sistema Complexo do Antropoceno costuma ser política em natureza - político na acepção clássica da palavra, que a entende como uma ação para a *pólis*, ou voltada ao coletivo, ao público, como o é o Antropoceno - e seu aspecto temporal pode ser regido segundo duas formas: a temporalidade negativa e a positiva. A imaginação política do Antropoceno regida pela temporalidade negativa (IPATN) é aquela que minimiza os riscos das mudanças climáticas e crê que o futuro conseguirá resolver o problema através de um *Deus ex Machina*, geralmente na forma do não-humano ou da tecnologia em particular.

Em contraste, a imaginação política do Antropoceno regida pela temporalidade positiva (IPATP) é aquela que propõe que ações devam ser tomadas no tempo presente para se garantir, ou ao menos tentar, resolver o problema ambiental emergencial, crendo que deixar a responsabilidade para as futuras gerações de algo produzido pelas gerações atuais não só é antiético, como também um risco de largas proporções, visto o estado crítico do tema (FALK, 2016). É válido lembrar a proximidade da IPATN com o axioma iluminista - e sua continuação moderna no humanismo - que propõe que a humanidade segue sempre em avanço e melhoria, sempre adaptável, e que portanto apenas isso é esperado do futuro.

O microambiente

Ao se estudar o indivíduo em processo metodológico análogo ao da primeira imagem de Waltz (1954), mediante um contexto crítico que envolve o meio ambiente e o futuro da civilização, observa-se um padrão de comportamentos contraditórios que dizem respeito a demanda por soluções, apresentada pela situação problemática atual do Antropoceno e a constante falta de ação que promoveriam tais resoluções (IPATN).

A respeito da cognição humana, pode-se destacar a elaboração de heurísticas como um fator relevante para a construção de solução de problemas como o do Antropoceno. Heurísticas são atalhos mentais que diminuem a carga cognitiva em tomadas de decisões, otimizando a escolha de um indivíduo mediante diversas possibilidades encontradas em um determinado contexto (STERNBERG & STERNBERG, 2016). Tal relevância deste processo se dá pelo fato de que tais atalhos reduzem informações disponíveis no contexto a um nível que seja acessível de se administrar (SHAH E OPPENHEI-

MER, 2008), influenciando diretamente em como o ambiente é avaliado e ações são tomadas em diferentes situações.

As heurísticas tendem a direcionar o julgamento na tomada de decisões ao reduzir o tempo e esforço cognitivo, não proporcionando uma avaliação completa das possíveis consequências de uma ação. Observa-se então as limitações da cognição humana em processar informações advindas de situações cotidianas, mas também em ambientes complexos, ou seja, em um contexto de incerteza, as heurísticas possuem grande utilidade para um funcionamento cognitivo, tornando-o mais eficaz, mas podem gerar falhas e erros graves e estruturais (TONETTO et al., 2006).

Articulando o funcionamento das heurísticas em relação aos Sistemas Complexos como o Antropoceno, observa-se que um indivíduo, ao tomar uma decisão como, por exemplo, o uso e descarte de materiais não biodegradáveis, leva primeiramente em consideração os benefícios como a otimização de tempo e recursos, observado na estrutura das heurísticas, para depois avaliar o impacto que tais decisões causam em larga escala. A união de ações individuais torna-se então um aglomerado de consequências sistêmicas como a poluição de mares e rios pelo alto nível de lixo gerado, até problemas como a extinção de espécies causadas por vetores antropogênicos como destruição do habitat produzida em parte por tal poluição (MITCHELL, 2018).

Em uma visão de insegurança sobre o futuro que as consequências sistêmicas causam, outro fator a ser destacado é o fenômeno da procrastinação. Em um âmbito cognitivo e comportamental, a procrastinação torna-se uma resposta frente a situações adversas ao passo que promove um adiamento, prolongando o investimento incômodo em realizar uma tarefa ou decisão tanto no cotidiano como em situações complexas (STEEL, 2007).

Diferentemente de um simples evitamento, a procrastinação é direcionada a adiar uma tarefa ou decisão de maneira específica, é um atraso voluntário que se dá de forma irracional e em grande parte prejudicial por escolher um curso de ação que não maximize os melhores resultados, tanto psicologicamente como socialmente. As causas da procrastinação são caracterizadas por fatores como o tempo estimado para finalizar a tarefa - quanto mais longo for o tempo demandado para se realizar uma tarefa, menor o impacto que esta tarefa terá para as ações imediatas do indivíduo; a aversão à tarefa - em que a natureza da atividade demandada gera despra-

zer ou incômodo e o neuroticismo - como ansiedade e estresse causado por uma tarefa árdua e demandante (STEEL, 2007).

O fenômeno da procrastinação pode ser visto em contextos individuais mas também em situações que tomadores de decisão dentro de Estados e empresas, mesmo tendo o conhecimento de que acordos internacionais e mudanças estruturais como a prática da sustentabilidade irão gerar benefícios, postergam tais ações pelo incômodo e investimento que as tarefas geram no governo, na sociedade e até mesmo na economia.

Considera-se que mediante o exposto, tanto a heurística como a procrastinação podem ser caracterizados como fenômenos da IPATN por adiarem a solução dos problemas que envolvem o Antropoceno, o primeiro que, pela natureza de seu funcionamento, não gera contato direto com a totalidade das consequências geradas por uma ação individual e o segundo que de forma intencional adia tarefas e decisões que seriam necessárias para criação de possíveis resoluções.

Tal contexto revela a necessidade de um concerto de ações políticas, para que o aglomerado de prejuízos causados pela falha da heurística e o fenômeno da procrastinação possa ser contido e modificado de forma estruturada segundo os preceitos cooperativos (IPA-TP). Uma forma de entender a IPATN na práxis é observar como há um impedimento de resoluções do Antropoceno. Uma das possíveis resoluções a nível individual que é impedida pela visão da IPATN é o ciclo da solução de problemas proposto por Pretz (et al., 2003).

A solução de problemas não começa com uma descrição clara, mas com um panorama que envolve uma complexidade de fatores interligados constituintes do problema em questão, considera-se que o ciclo de solução de problema proposto é definido por cinco estágios: reconhecer e identificar o problema; definir e representar mentalmente o problema; desenvolver uma estratégia; organizar o conhecimento acerca do problema; alocar mentalmente e fisicamente recursos para a solução; monitorar o progresso da solução mediante o objetivo estabelecido e avaliar a acurácia da solução estruturada. (PRETZ et al., 2003). Observa-se também que o problema do Antropoceno pode ser classificado, segundo Getzels (apud PRETZ et al., 2003), como um problema “descoberto” em que apesar de ser existente, não tem sido apresentado aos que seriam responsáveis por resolvê-lo.

O Antropoceno, segundo esta lógica de solução, precisaria ser reconhecido por meio de uma mudança radical das representações mentais e sociais sobre como o complexo humano e o natural estão

integrados, não sendo duas instâncias dicotômicas mas um único sistema (GUMBERT, 2020). Uma vez definido, o sujeito organizaria o conhecimento acerca do Antropoceno desenvolvendo uma estratégia que alocaria recursos mentais e físicos para que o problema fosse resolvido, além de monitorar o progresso e validade da solução formulada. (PRETZ et al., 2003).

Um processo cognitivo individual como o exposto poderia proporcionar uma solução sistêmica quando produzido no coletivo, porém os preceitos da IPATN de aguardar um futuro melhor, não pela ação humana, mas por um avanço tecnológico, não permite que este fator aconteça na práxis. A razão para tal se deve ao fato de que a solução de problema (PRETZ et al., 2003) demanda comportamentos e práticas intrinsecamente humanos, inutilizados pelo uso sistêmico do *Deus ex Machina*.

O macroambiente

Ao se iniciar o estudo do Estado e do Sistema Internacional em si no que diz respeito a como lidam com o Antropoceno, Wapner alerta

All of us suffer from what could be called 'hardening of the categories' - the reification of understandings and practices. [...] Most efforts and even proposals for addressing climate change subscribe to conventional political, economic, and cultural understanding and practices. They mimic the larger society of which they are a part and rarely question underlying suppositions. One reason for this has to do with the seeming necessity to appear practical and realistic. No one wants to be accused of being naive or irrelevant. [...] Being practical wins one credibility and, even more, widens the degree of resonance within public discourse¹⁴ (WAPNER. 2016, p. 02-03).

Portanto, a primeira razão pela qual os Estados no SI produzem respostas majoritariamente ligadas à IPATN é a necessidade de ressonância com o público geral. Modificar a perspectiva popular é um evento politicamente custoso, sendo geralmente mais fácil pro-

14. Todos nós sofremos com o que poderia ser chamado de “endurecimento das categorias” - a reificação de entendimentos e práticas. [...] A maioria dos esforços e mesmo propostas para lidar com a mudança climática subscrevem ao entendimento e práticas políticas, econômicas e culturais convencionais. Eles imitam a sociedade mais ampla da qual fazem parte e raramente questionam suposições subjacentes. Uma razão para isso tem a ver com a aparente necessidade de parecer prático e realista. Ninguém quer ser acusado de ser ingênuo ou irrelevante. [...] Ser prático ganha credibilidade e, mais ainda, amplia o grau de ressonância no discurso público. Tradução nossa.

duzir política de acordo com as crenças pré-estabelecidas da larga maioria dos votantes¹⁵ - ou no caso dos países não democráticos, dos grupos de influência com maior poder. Em muitos casos, como explicitado por Wapner, existe uma dificuldade anterior, que é a de não conseguir nem sequer pensar em estratégias distintas das “perspectivas consolidadas” socialmente.

Clapp e Fuchs (2009) apontam ainda para as três dimensões de poder distintas pelas quais as grandes corporações relacionadas aos sistemas tradicionais de produção no Antropoceno exercem influência, tanto nos Estados, como no Sistema Internacional, a fim de dificultar a transição política de IPATN para IPATP: Instrumental, estrutural e discursiva. A instrumental diz respeito à ações como financiamento de campanhas ou lobby corporativo; a estrutural à habilidade de punir e recompensar países através da realocação de recursos, investimentos e postos de trabalho; e a discursiva, que estrutura muitas das regras dos regimes de comércio no mundo, e produz valores e ideias que depois são internalizados em regimes, Estados e até populações.

Concomitantemente, muitos Estados subscrevem aos princípios neoliberais, e a proposição de que seriam justamente esses princípios que aumentariam os problemas relacionados ao Antropoceno vai de encontro com as práticas políticas e econômicas aceitas. Por exemplo, é através das cadeias globais de alimentos que a agricultura se fortalece, sendo justamente essa a atividade humana mais danosa à biodiversidade (LITFIN, 2012), ou mesmo os mercados abertos, que necessitam da globalização para funcionarem, globalização que por sua vez é dependente dos combustíveis fósseis e da grande produção de tecnologia - e dela a vasta produção de lixo eletrônico (DALBY, 2014).

15. É válido que se faça distinção entre a opinião e ação privadas dos indivíduos e aquilo que expressam publicamente acerca do meio ambiente, e a compreensão de que os atores políticos agem não de acordo com o exposto publicamente, mas sim com a noção implícita das vontades de sua população. O exposto no âmbito público por vezes não corresponde à opinião e ações privadas. Os fatores para que ocorra a emissão de relatos fraudulentos variam, entretanto, o contexto em que há a necessidade de evitar ou sair de situações aversivas é um dos fatores que mais se destaca, como por exemplo a presença de audiências punitivas, no caso de relatos que são contrários a solução do problema do Antropoceno. Uma vez que a audiência mostra-se como variável relevante no controle da correspondência verbal entre dizer e fazer, no caso relatar uma posição favorável ao meio ambiente e agir conforme tal pressuposto, a presença de diferentes audiências controla, portanto, diferentes padrões de correspondência (CORTEZ et al., 2019; COSTA, 2019).

Narrativas geopolíticas costumavam tratar da natureza dos problemas globais como uma de escassez. Lidar com o Antropoceno é lidar com o excesso - tanto em produção como em consumo - o que pede uma nova perspectiva e com isso desafia o entendimento acadêmico e político já existente (DALBY, 2014). Afinal, não há negação de que o problema do Antropoceno é um de inerente complexidade, e para propor novos conhecimentos, pesquisas são necessárias, o que costuma levar tempo e recursos.

Além disso, sociedades complexas com avanços técnicos como as modernas sociedades humanas requerem um ritmo de vida mais dinâmico, com prazos e demandas variadas, o que acaba por gerar predisposição natural à procrastinação (IPATN), já que ajudaria a balancear a alta carga emocional e psíquica dos espaços tecnicamente desenvolvidos. Por conseguinte, sociedades agrárias tecnicamente não tão desenvolvidas e complexas teriam menos predisposição à procrastinação - inclusive, talvez, pelo próprio papel das tradições (MILGRAM apud STEEL, 2007).

Muitas outras razões para que o Estado e o Sistema Internacional permaneçam na IPATN poderiam ser levantadas, no entanto, as apresentadas devem ser o suficiente para que o presente trabalho possa desenvolver o recorte proposto, ou seja, busca responder quais os resultados, na práxis, da imaginação política guiada pela IPATN.

Um primeiro resultado na práxis se liga justamente à primeira razão apresentada para que o Estado e o SI permaneçam na IPATN. Uma vez que existe a dificuldade em se transpor o “endurecimento das categorias” (ver citação acima), o SI e seus membros acabam por reiterar as epistemes e as lógicas já existentes. Cada vez que um ator do SI adere às epistemes já existentes - por desconhecimento ou por ressonância com o público - ele também a operacionaliza e a reforça para os demais atores. A não ação acaba por se tornar também uma ação de reforço de estruturas que se solidificam com o uso - tanto prático como teórico.

Segundo Horton (et al., 2016), a crença na perfectibilidade do futuro que caracteriza a IPATN, ou mais especificamente a crença em um *Deus ex Machina* (que aqui assume a forma da tecnologia da Geoengenharia privada), sem a participação de um agente regulador como o Estado, por exemplo, poderia ter consequências tão ou mais catastróficas que o avanço do Antropoceno de per si. Sem a participação de agentes reguladores, a Geoengenharia poderia se

tornar instrumento de poder de grupos privados, uma vez que teriam a capacidade de alterar o clima de regiões específicas do globo, causando inundações ou secas, por exemplo, e mantendo o mundo como refém.

Ainda segundo os autores, sem um concerto político internacional que regulasse essa tecnologia, a dinâmica competitiva da Geoengenharia entre os Estados poderia produzir uma armadilha clássica dos estudos de teoria dos jogos: quando um *player* global desenvolve a capacidade de implementar Geoengenharia, outros *players* podem responder, por medo, com tecnologias ainda mal estudadas e desenvolvidas, no objetivo de igualar ou superar o primeiro. Além do risco da unilateralidade de implantação da Geoengenharia, os autores ainda comentam para o risco de que, sem um concerto internacional, não apenas os Estados desenvolvidos apliquem a tecnologia, mas mesmo os considerados ameaçados mais diretamente por ela ou aqueles isolados no SI também a apliquem.

Concomitantemente, segundo Dalby (2014), a Geoengenharia mantém os processos de adaptação do capitalismo, o que acabaria, inevitavelmente, por apenas postergar o problema do Antropoceno como resultado da alta produção, consumo e descarte de bens. Ao invés de se trabalhar em uma nova perspectiva distinta da atual - no que concerne os valores de sociedade, a desconexão entre qualidade de vida e consumo e uma volta das perspectivas das comunidades tradicionais sobre a posição da humanidade em meio ao ambiente - as lógicas neoliberais seriam mantidas, apenas adaptadas para uma sobrevivência do sistema.

Uma forma de trabalhar essas distintas perspectivas seria a união entre Geoengenharia - para que a humanidade tenha mais tempo - com a Governança Global - para que regimes e arranjos sociais sejam debatidos, não de forma impositiva, mas sim em comum acordo e de maneira democrática. Essa nova união entre Governança Global e Geoengenharia, pelo caráter polifônico necessário - pois teria que ouvir as diferentes comunidades do planeta - levaria tempo para se formar e obter sucesso, e por isso, justamente, que precisaria ser iniciada agora (e necessita, portanto, da IPATP, para acontecer).

A distinção entre o que é aqui proposto e o que já é feito em conferências como a Rio 92, COPs e etc se estrutura primeiro na proposição da união entre Geoengenharia e Governança Global e segundo que tais arranjos sejam feitos na primazia do que Haber-

mas chama de Teleologia do explorador (apud. BAUMAN, 2013). Nesse sentido, a democratização do processo seria inserida não como finalidade, mas sim como meio. Em outras palavras, ao invés de se debaterem aplicações e políticas fruto de epistemes individuais - geralmente dos países do Norte que são grandes potências mundiais -, as comunidades tradicionais e aquelas tradicionalmente marginalizadas participariam ativamente na formulação e composição das ideias a serem posteriormente implementadas.

Dessa forma, as epistemes variadas integrariam não apenas as maneiras de se aplicar o que foi acordado previamente, mas sim na própria construção das proposições à serem empregadas, maximizando a participação destes grupos marginalizados em todas as etapas de resolução dos problemas do Antropoceno, e fomentando uma IPATP polifônica e verdadeiramente inclusiva.

Considerações finais

O presente artigo pôde encontrar razões para a existência da IPATN no micro-ambiente através da inação por parte do indivíduo, pela incapacidade humana do domínio total da racionalidade (heurísticas) e da decisão voluntária por opções que não maximizam os melhores resultados (procrastinação). Ambos os fenômenos cognitivos apresentados impedem, de forma não intencional e intencional, que o humano enfrente o problema do Antropoceno com totalidade e ações resolutivas como o ciclo de solução de problemas que apresenta passos a um nível individual da formulação de resoluções, passíveis a serem integradas a um nível sistêmico quando coletivas.

Concomitantemente, o macro-ambiente analítico proposto encontrou como possíveis razões para a existência da IPATN as seguintes: Consolidação de epistemes; a necessidade de ressonância com o público – especialmente o público votante -; as três dimensões de poder das corporações relacionadas ao manutenção do Antropoceno como conhecido hoje; a prescrição universal do Neoliberalismo; narrativas geopolíticas tradicionais sendo usadas para contextos onde não têm poder explicativo real e, por fim, o fato de cada vez mais sociedades se complexificarem social e tecnicamente.

É válido ressaltar que essas não esgotam todas as razões pelas quais a IPATN ocorre na contemporaneidade, e servem apenas como contextualização ao leitor do porquê de algo aparentemente contra-

intuitivo como postergar políticas e ações em prol da existência no sistema Terra acontecer. Uma segunda ressalva do presente artigo é a de que entender as razões de ocorrência de um evento não justifica necessariamente que essa ocorrência permaneça, como é o caso de se entender as razões de existência da IPATN.

As teorias propõem um ciclo no sentido de compreender que uma vez solucionado um problema, outros surgem, e é necessário repetir os passos e promover uma constante manutenção de mais possíveis soluções a um contexto complexo como o do Antropoceno, portanto, aplicação da IPATP. A aplicação da IPATN na práxis se prova, em todos os sentidos analisados, danosa sistêmica e individualmente, perpetuando as consequências da inação geracionalmente.

Referências

116TH CONGRESS, 1ST SESSION. **H. RES. 109**: Recognizing the duty of the Federal Government to create a Green New Deal. 7 de fev. 2019.

BAUER, A. M.; ELLIS, E. C. The Anthropocene Divide: Obscuring understanding of Social-Environmental Change. **Current Anthropology**, v. 59, n. 2, abr. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar. 2013.

BIERMANN, Frank. Politics for a New Earth: governing in the “Anthropocene”. In JINNAH, S.; NICHOLSON, S. **New Earth Politics: Essays from the Anthropocene**. Cambridge: MIT Press. 2016. P. 405-420.

BURNS, W.; NICHOLSON, Simon. Governing Climate Engineering. In NICHOLSON, Simon; JINNAH, S. **New Earth Politics**. Essays from the Anthropocene. MIT Press. 2020. P. 343-366.

CERVO, A.L; BERVIAN, P.A. **Metodologia científica**. Editora MCgraw-hill do Brasil, LTDA. 1995.

CLAPP, J.; FUCHS, D. Agrifood Corporations, Global Governance, and Sustainability: A framework for analysis. In CLAPP, J.; FUCHS, D. **Corporate Power in Global Agrifood Governance**. 2009. P. 01- 22.

COSTA, P. E. A. **Comportamento verbal e não verbal de mentir e a detecção de mentiras**. Dissertação de Pós-graduação. Universidade Estadual de Londrina. Londrina. p. 126. 2019.

CORTEZ, M. D.; MIGUEL, C.F; DE ROSE, J.C. O papel de diferentes audiências na acurácia do relato verbal de crianças. **Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento**, v. 27, n. 3, p. 389-405, 2019.

DALBY, S. Rethinking Geopolitics: Climate Security in the Anthropocene. **Global Policy**, v. 5, n. 1, fev. 2014.

FALK, Richard. Climate Change, Policy knowledge, and the Temporal Imagination. In WAPNER, Paul; ELVER, H. **Reimagining Climate Change**. London: Earthscan from Routledge. 2016. P. 49-68.

GONÇALVES, Alcindo; FONTOURA COSTA, José Augusto. **Governança Global e Regimes Internacionais**. São Paulo: Almedina. 2011.

GUMBERT, Tobias. Materiality and Non-Human Agency. In KALFAGIANNI, A.; FUCHS, D.; HAYDEN, A. **Routledge Handbook of Global Sustainability Governance**. Londres. Routledge. 2020, p. 47-58.

HARAWAY, Donna. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene, Making Kin. **Environmental Humanities**, v. 6, p. 159-165, 2015.

HORTON, J. B.; REYNOLDS, J. The International Politics of Climate Engineering: A Review and Prospectus for International Relations. **International Studies Review**, v. 18, n. 3, p. 438-461, set. 2016.

KING, Gary; KEOHANE, Robert Owen; VERBA, Sidney. **Designing social enquiry: Scientific inference in qualitative research**. Princeton University Press: Princeton, New Jersey. 1994.

LITFIN, Karen T. Thinking like a planet: Gaian politics and the transformation of the world food system. In DAUVERGNE, Peter; ELGAR, E. **International Handbook of Environmental Politics**. 2° ed., 2012. P. 419-430.

MITCHELL, Audra. Revitalizing laws, (re)-making treaties, dismantling violence: Indigenous resurgence against 'the sixth mass extinction. **Social and Cultural Geography**, p. 1-16, 2 de out. 2018. DOI: 10.1080/14649365.2018.1528628.

ORSINI, A.; LE PRESTRE, P.; HAAS, P. M.; BROSIG, M.; PATTBERG, P.; WIDEBERG, O.; GOMEZ-MERA, L.; MORIN, J.; HARRISON, N. E.; GEYEN, R.; CHANDLER, D. **Complex Systems and International Governance**. International Studies Review. Oxford University Press. 2019. P. 1-30.

OSTROM, Elinor. **Coping with Tragedies of the Commons**. Workshop in Political Theory and Policy Analysis. 1998.

PATERSON, Matthew. The Sociological Imagination of Climate Futures. In WAPNER, Paul; ELVER, H. **Reimagining Climate Change**. London: Earthscan from Routledge. 2016. P. 14-28.

PRETZ, Jean E.; NAPLES, Adam, J.; STERNBERG, Robert, J. Recognizing, Defining, and Representing Problems. In DAVIDSON, Janet, E.; STERNBERG, Robert, J. **The Psychology of Problem Solving**. Cambridge University Press. 2003. P.03-31.

SIMANGAN, Dahlia. **Where is the Anthropocene?** IR in a new geological epoch. Oxford University Press. 2020.

STERNBERG Robert J.; STERNBERG, Karin. **Psicologia Cognitiva**. 2° edição. São Paulo: Cengage Learning. 2016.

SHAH, Anuj, K.; OPPENHEIMER, Daniel M. Heuristics Made Easy: An Effort-Reduction Framework. **Psychological Bulletin**, v. 134, n. 2, p. 207-222, 2008.

STEEL, Piers. The Nature of Procrastination: A Meta-Analytic and Theoretical Review of Quintessential Self-Regulatory Failure. **Psychology Bulletin**, v. 133, n. 1, p. 65–94, 2007.

TONETTO, Leandro Miletto; KALIL, Lisiane Lindenmeyer; MELO, Wilson Vieira; SCHNEIDER, Daniela Di Giorgio; STEIN, Lilian Milnitsky. O papel das heurísticas no julgamento e na tomada de decisão sob incerteza. **Estudos de Psicologia**, v. 23, n. 2, p. 181-189, 2006.

VIGOTSKI, L. S. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

WALTZ, Kenneth. **Man, the State, and War**. New York: Columbia University Press. 1954.

WAPNER, P. Introduction: Reimagining Climate Change. In WAPNER, Paul; ELVER, H. **Reimagining Climate Change**. London: Earthscan from Routledge. 2016. P. 01-13.

Recebido em: 24 de outubro de 2020

Aprovado em: 03 de maio de 2021